



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## A EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA: ENSINO SUPERIOR, FORMAÇÃO E ENGAJAMENTO ESTUDANTIL ONTEM E HOJE

Samir Pérez Mortada  
Faculdade Social da Bahia  
spmortada@gmail.com

### **Memórias da vida universitária**

Este trabalho originou-se de uma pesquisa com base em memórias de militantes estudantis do curso de psicologia da Universidade de São Paulo (MORDADA, 2008). Inspirada metodologicamente no livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi (1994), a investigação procurou estabelecer interlocuções temporais acerca da experiência política durante a graduação, a partir de lembranças de diferentes épocas e contextos de engajamento.

Foram realizadas dez entrevistas de memória (semiestruturadas, ou abertas e com roteiro). O centro do trabalho é composto por quatro delas, realizadas com militantes mais velhos, atuantes nas décadas de 1960 e 1970. A partir dessas lembranças, procurou-se estabelecer campos de sentido, temas de estudo a partir dos quais fosse possível a interlocução entre presente e passado. São eles: a condição estudantil, a universidade, a política estudantil, os contrastes sociais vividos pelos estudantes, a graduação em psicologia, o sofrimento do militante, os destinos políticos de militantes jovens e mais velhos. Durante as interpretações, compareceram trechos das demais entrevistas, realizadas com seis militantes mais novos, atuantes nas décadas de 1980 e 1990. Neste trabalho, serão estabelecidas comparações entre lembranças de militantes dos anos 1960 e 1990 acerca da relação entre formação e engajamento estudantil. Procuo também tecer algumas comparações temporais que subsidiem reflexões acerca das transformações ocorridas na universidade e conseqüentemente na experiência e na vida universitária.

Trata-se aqui de relacionar duas dimensões, claramente interligadas. A primeira atenta para o engajamento político estudantil na sua relação com a formação cidadã e profissional. Nesse sentido, a partir do que trazem os depoentes, defende-se a importância



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

do engajamento e da participação política para objetivos imanentes ao ensino superior. Entre eles, em especial, fortalecer uma visão crítica e comprometida acerca da profissão, da realidade e dos problemas sociais. Nesse sentido, argumenta-se que a reflexão sobre a organização do ensino superior deve necessariamente levar em conta o problema da participação estudantil, sob pena de descaracterização de seus princípios e objetivos precípuos. Os depoimentos evidenciam tempos diferentes de tal relação entre militância e formação.

A segunda dimensão do problema a ser enfrentado aponta para transformações da experiência estudantil, evidenciando a crescente tecnicização e privatização do ensino superior do país, tal como vivenciada por estudantes universitários. Tal contexto, como era de se esperar, dá contornos mais utilitaristas e efêmeros à relação entre estudante e universidade. Nesse capo, a militância estudantil assume outro significado, para além da relação com a formação cidadã e profissional: contradiz, de maneira explícita ou implícita, um movimento geral de desertificação do ensino superior brasileiro.

Em suma, com base em entrevistas memorativas de diferentes gerações de militantes estudantis, daquilo que nos trazem de revelador acerca da política e da própria experiência universitária, pretende-se melhor refletir e atinar sobre o engajamento e a experiência dos estudantes e a relação desta com a formação. Pretende-se também, nesta via, refletir sobre as transformações do ensino superior brasileiro, a partir da perspectiva e da participação estudantil. A reflexão defende que tais aspectos são centrais para a concepção de novos modelos universitários, preocupados em formar, de maneira competente, cidadãos críticos e engajados em diferentes países e contextos sociais variados.

### **Ensino superior, formação crítica e compromisso social**

Sabemos que quaisquer documentos legais, diretrizes curriculares, projetos pedagógicos e institucionais que envolvam a educação superior quase que unanimemente fazem menção à importância de formar cidadãos e profissionais com iniciativa, participativos, comprometidos social e ambientalmente, capazes de compreenderem de maneira crítica e contextualizada o meio em que vivem e trabalham. Para citar o documento mais importante da educação brasileira, no artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Educação, que trata das finalidades do ensino superior, em cinco dos seus sete parágrafos há menção a alguma forma de comprometimento social do estudante ou da instituição de ensino superior. O primeiro parágrafo afirma a necessidade de “estimular a criação cultural”; o segundo parágrafo afirma a finalidade de formar diplomados “aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira”; o parágrafo terceiro afirma a finalidade de promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura para assim “desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”; o parágrafo sexto afirma como finalidade “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”; por fim, o parágrafo sétimo afirma a necessidade de difundir o saber produzido na instituição através da extensão universitária, aberta à população (BRASIL, 2010). Nos demais documentos da legislação vigente e das IES (Instituições de Ensino Superior) os termos variam, mudam de intensidade e frequência, mas não há norma para a educação superior ou para os cursos de graduação que não afirme ou pelo menos indique propósitos nessa direção. No entanto, as proposições sobre como propiciar tais habilidades no ensino superior não são tão abundantes. A própria menção e definição desse preparo para a participação social também parece pouco definida, podendo assumir diferentes significados, a depender do contexto e das características do documento.

Mas há linhas gerais que podemos identificar. Trata-se de formar para a cidadania, entendendo por tal ideia propiciar condições para que o egresso de um curso superior possa ir além de cumprir, de maneira técnica e acrítica, o papel que o mercado de trabalho espera dele. Formar para a cidadania quer dizer dar condições para que se reflita sobre a esfera pública, que se compreenda as implicações sociais da própria participação no mundo, tendo em vista a inserção da própria profissão em tal contexto. Significa que o egresso de um curso superior deve assumir preocupações públicas, e também compromisso com o pensar ético da profissão. Formar para a cidadania compreende também dar instrumentos para que o formando não assuma de maneira acrítica e irrefletida os conhecimentos que lhe foram apresentados no ensino superior; compreende, portanto, que ele identifique origens e comprometimentos das teorias e técnicas que aprendeu. Por mais que não se espere de todo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

o egresso de um curso superior que seja um ativista político ou um intelectual; por mais que não se espere dele que tenha vocação para a carreira pública ou para a vida acadêmica, ele deve relacionar-se com problemas políticos e de ordem intelectual em seu cotidiano de vida e de trabalho. Tal premissa é bem conhecida e faz parte de quaisquer discussões que reflitam sobre o que se espera de um egresso da educação superior (CARVALHO, 2004; RIBEIRO, 2002; SOBRAL, 2000, VIEIRA, 2002).

Pois bem, a legislação que envolve o ensino superior, portanto, afirmam a necessidade de uma formação atenta para a cidadania, para o compromisso social e ambiental, para a reflexão e o compromisso ético e intelectual; mas não vai além da afirmação, em muitos momentos vaga, desta meta. É forçoso afirmar que as iniciativas que vão nessa direção, que visam cumprir tal promessa, geralmente dão-se à margem, ou mesmo à revelia, daquilo que é previsto em lei ou pelas instituições de ensino superior. Raramente tais metas são realizadas de maneira suficiente em salas de aula ou laboratórios, mas comparecem necessariamente nos espaços onde a vida universitária acontece, habitados por dezenas de estudantes. Cabe à comunidade universitária organizada promover e reivindicar espaços em que haja interlocução entre a universidade e a sociedade. Este é um campo em que o movimento estudantil, o engajamento discente, sob diferentes formas e variados contextos, tem sido protagonista.

### **Militância estudantil e formação: anos 1990**

Vale retomar aqui alguns trechos de depoimentos que registrei durante a pesquisa que evidenciam este papel do movimento estudantil. A partir desses trechos, caberá refletir sobre a relação entre engajamento estudantil e formação. Começamos pelos estudantes mais novos. É bom lembrar que entrevistei psicólogos, estudantes de psicologia que militaram à época da graduação, o que não é elemento de se desprezar nesta reflexão. Acredito que a formação em psicologia, sua trajetória no decorrer das últimas décadas, é bastante representativa para entendermos o que se passou no ensino superior.

Vejamos então o que nos diz Simone, que estudou psicologia no início dos anos 1990. Na época da entrevista, recém formada, ministrava aulas em uma universidade e coordenava um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Foi lentamente que fui percebendo que, sem querer, estava fazendo algumas coisas na profissão que só poderia estar fazendo por conta da minha história no movimento estudantil. Percebi que muitas situações que enfrentava eu já havia vivido em outro lugar. Essas coisas que eu penso, o meu jeito de pensar a profissão, têm a ver com a militância. As disciplinas que eu comecei a ministrar eram absolutamente críticas. Era uma disciplina de personalidade numa perspectiva social e histórica, de crítica à psicanálise e à psicologia. Se eu não tivesse tido um passado de movimento estudantil, não daria essa disciplina do jeito que dei; não conseguiria levantar algumas questões para os alunos: sobre a profissão, sobre estar na universidade... O que eu enchia aqueles alunos...: “você não podem vir aqui na universidade e engolir o conhecimento que os professores dão!”.

Agora, nesse trabalho de coordenadora, de cuidar para que o ambulatório siga uma política de saúde mental que rompa com a psiquiatria tradicional, nessa situação recente que me dei conta de estar fazendo coisas que eu fazia no movimento estudantil, embora em outro nível, com um amadurecimento que não tinha. No ambulatório, sinto que, quando a gente faz a crítica sobre uma situação política, quando reflete, quando pensa naquilo que está fazendo, isso muda diretamente o jeito de atender os pacientes, o jeito que a gente olha para eles. Em última instância, isso muda a vida dos pacientes também, porque você oferece para eles um lugar diferente... Não um lugar de um doente mental, de um louco. O tempo todo a gente tem de ficar questionando: “O que eu estou fazendo com esse cara? O que eu quero com esse atendimento?”. Sinto que toda vez que a gente vai para discussões mais políticas, mais reflexivas, isso traz consequências diretas no atendimento, no lugar que esses pacientes podem ocupar. Você vê como o paciente muda no ambulatório; vai se inserindo na vida e em coisas que eles não se inseriam antes. (MORTADA, 2002; p. 71)

Cabe uma observação sobre a trajetória de Simone. A ex-estudante, em suas palavras, “brigava com o curso de psicologia”, não se identificando com os conteúdos e professores. Dedicou-se primeiramente então ao movimento estudantil. Foi depois de perceber na psicologia possibilidades de intervenção social que volta a dedicar-se ao estudo com mais afinco. Nesse momento da entrevista, retrospectivamente, associa sua participação estudantil com a atuação profissional, reconhecendo tardiamente elementos daquela em seu cotidiano de trabalho.

Em sua fala, de início, destaca que ter uma visão crítica e social sobre os conteúdos que ministrou enquanto professora, sobre a própria profissão e sobre a universidade foi possível a partir de sua experiência no movimento estudantil. Posteriormente, identifica correspondências entre o trabalho no CAPS e nas entidades estudantis. Em especial, valoriza a prática de refletir sobre a conjuntura, os objetivos políticos e sociais daquela intervenção terapêutica. Tanto a capacidade de rever criticamente saberes e práticas da profissão, como a de compreender o contexto social no qual esta se insere, são



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

enfaticamente afirmada nos documentos legais que dispõem sobre a prática e a formação do psicólogo. O Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005) dispõe sobre o tema em seus três primeiros princípios fundamentais; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia (BRASIL, 2011) faz menção a tais habilidades em seus artigos 3º, 5º e 8º, que dispõe, respectivamente, sobre os princípios e compromissos da formação, sobre os eixos estruturantes dos desenhos curriculares e sobre as competências a serem desenvolvidas na formação do psicólogo.

Vejamos agora Luizão. O Militante é um pouco mais velho que Simone, cursou psicologia no final dos anos 1980. Tem trajetória profissional semelhante, tendo também se tornado professor universitário.

Enquanto psicólogo, reconheço em mim e em quem participou um diferencial em termos de discussão com os outros colegas; é algo que salta aos olhos. Todas as cabeçadas, todos os problemas, as conquistas que tive durante o movimento estudantil em psicologia foram fundamentais. Quando encontrei um problema no meu trabalho, muitas vezes não era novidade; envolvia relações, conflitos, decisões que vivi no movimento estudantil. A minha atuação profissional ganhou muito: a maneira de encarar as relações, de ouvir as pessoas, ter posicionamentos... Aquilo que penso em relação à saúde mental, à infância e à adolescência; aquilo que penso em relação às grandes bandeiras da psicologia, ganha graças ao percurso que fiz no movimento estudantil. Sem dúvida nenhuma seria outra coisa se tivesse apenas sentado na carteira dentro da sala de aula. A gente ganha muito ao discutir com as pessoas, organizar, compor, decidir, assumir decisões, trabalhar em grupo, ver as dificuldades desses movimentos. O movimento estudantil é uma escola também, um outro momento da formação.

As pessoas entendem hoje, e eu vejo isso na universidade privada, que formação é assistir aula e ir para a supervisão. Formação é você discutir o que você viu em aula; é estar num espaço de discussão com outros estudantes, de outros lugares; é discutir ciência na SBPC; é participar. É ir na assembleia de estudantes; ouvir e falar nesses espaços. É inseparável uma boa formação em psicologia disso tudo. Não dá para separar psicólogo de assembleia; não dá para separar de uma conversa que surgiu no bar sobre psicologia.

Eu fico um pouco compadecido com alguns alunos que tenho nas universidades, ávidos por isso, por movimento cultural, shows, festas... Tudo isso é importante. Os alunos que tenho são ávidos por um debate, um filme, um bom livro, um recital. Só que não têm nada disso; não há esse espaço nas universidades privadas. Se elas investissem nisso seria muito interessante, mas não investem. Então os alunos deixam de ter organização política, um monte de coisas, e ficam ali como passageiros, como consumidores. É uma visão de ensino enquanto consumo. Se fosse algo no qual o aluno se implicasse toda a organização seria diferente... Mas a organização dos estudantes é temida. Se já é temida na universidade pública, imagina na universidade privada. (MORTADA, 2002; p. 225)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Novamente são tomados aqui elementos centrais que comparecem nas finalidades expostas para a formação em ensino superior. Assim como Simone, Luisão destaca que o movimento estudantil possibilitou tomar a profissão sob uma perspectiva mais crítica e engajada. Apontou também que seu engajamento nos tempos de graduação lhe propiciou a capacidade de trabalhar em equipe e de participar ativamente das decisões profissionais.

O ex-militante dá em sua fala especial importância aos espaços públicos da universidade, à vida fora de sala de aula, para sua formação. Afirma que as festas, assembleias, *shows*, a vida política e cultural que deve marcar uma instituição de ensino superior é indissociável da formação do psicólogo. Contrasta com isso a percepção de uma vida estudantil esvaziada na universidade privada. Identifica, como jovem docente, o contraste entre aquilo que viveu e uma experiência de estudo com feições transitórias, ligada ao consumo.

### **Militância estudantil e formação: anos 1960**

Vimos então elementos da experiência militante dos anos 1990 que se comunicam com a formação, com dimensões que são previstas na legislação sobre o ensino superior, especialmente por aquilo que é preconizado na legislação e nos projetos pedagógicos. Mas há algo além que a participação estudantil contemporânea evidencia, e que a compreensão das lembranças dos militantes mais velhos pode ajudar a compreender. Quando tomamos os depoimentos dos militantes dos anos 1960, as relações entre formação e militância parecem mais distantes à primeira vista. Veja-se, por exemplo, esta fala de Elias, que militou de maneira intensa no curso de Psicologia durante a segunda metade dos anos 1960.

Não vejo nenhuma relação entre minha prática política e as teorias que aprendia na Psicologia. Nenhuma, por mais que me esforce... Estudava psicologia experimental, etologia... Entre psicologia experimental e política, nenhuma relação. Entre formigueiro, aranha e política, menos ainda. (MORTADA, 2008; p. 190)

O militante é taxativo. Tal aproximação entre formação e implicação social é fruto de discussões posteriores, que puderam aflorar a partir dos anos 1980. No caso da psicologia, é apenas a partir dos anos 1970 que tal dicotomia passa a ser relativizada, e começam a figurar discussões acerca do compromisso social do psicólogo. Tal direção



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

toma corpo e sentidos mais notáveis no final dos anos 1990 (BOCK, 2002). Mas na década de 1960 tal cisão entre vida política e formação profissional parece bem evidente. O curso de psicologia em seus primórdios brasileiros parece desestimulante do ponto de vista das discussões públicas.

Em militantes atuantes nesse período, parece haver uma outra via na relação entre formação e militância estudantil, mais sutil e complexa para a análise. Em militantes mais novos, a visão crítica e social aparece à revelia do curso, embora este, se comparado com seu antecessor, certamente contemple mais conteúdos de cunho social e crítico. Os espaços extraclasse são forma de contraponto a uma certa visão técnica hegemônica que marca a formação. De semelhante, entre os militantes dos anos 1960, os espaços da vida pública também oferecem este contraponto com um currículo que geralmente não abriga temas sociais e engajados. Mas os militantes não percebem tal dicotomia; na verdade, naturalizam esta cisão entre o espaço acadêmico e a vida política, efervescente à época.

Nos anos 1960 há outra forma de relação entre o engajamento e a formação, menos perceptível, porém intensa. Parecia haver – e alguns estudantes testemunham isso – uma relação entre o próprio ofício de estudante, sua condição inerente, e o interesse por questões políticas. Boa parte da militância, das ideias que a orientavam e das discussões que a alimentavam não se dava no seio da universidade, mas nos partidos e organizações. No entanto, havia entre aquilo que era gestado em um ambiente externo à universidade e a condição estudantil certa correspondência, dada pelo próprio trabalho acadêmico.

Foracchi (1977) procurou refletir sobre a relação entre a condição estudantil e o engajamento político dos anos 1960. Para a autora, as posições radicais dos estudantes à época estavam sedimentadas na própria experiência universitária. Ao ingressarem no ensino superior, os jovens sofreriam uma experiência capaz de resignificar sua pertença e participação social. Funda-se, no sujeito, uma possibilidade de emancipação que cresce na medida em que ele assume a práxis estudantil, envolvendo-se nas atividades de luta e contestação com seus pares. O estudante, na companhia de outros, goza de uma modalidade de consciência e participação que pode propiciar uma atitude inovadora, crítica sobre seu papel, sua classe de origem e sobre a própria sociedade. O estudante, em relação à sua classe, transforma-se em ponto de ruptura entre o presente e o passado. Ele seria “o jovem



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

que se nega a si próprio, na medida em que age em contradição com todas as determinações sociais do seu comportamento” (FORACCHI, 1977; p. 115).

Essa dimensão é largamente trazida pelos depoentes que entrevistei. Perguntada sobre seu ingresso no curso de psicologia, uma militante refere-se a um “novo desabrochar”, uma continuidade da juventude vivida naquela cujas potencialidades ganham outra dimensão. Destaca a integração entre política e vida cultural, muito presente nos depoimentos da época: *“Era tudo junto, não tinha uma separação entre militância política e cultura. Era só a vida que se desabrochava novamente, agora na universidade”* (MORTADA, 2008; p. 63).

Para Foracchi, essa possibilidade revolucionária manifestada pelo movimento estudantil de sua época é dada pela própria condição estudantil, na sua capacidade de superar seus horizontes e reivindicações precípuas e reconhecê-las como radicadas em determinações imanentes ao próprio sistema capitalista.

O aspecto decisivo a considerar é que as reivindicações de carreira levam o estudante a perceber, gradativamente, que as implicações sociais da sua ação são amplas, ou seja, que mais que o padrão vigente de carreira o que ele mais deseja transformar é a ordem que o produz assim. Ou, em outras palavras: o que, na verdade, ele precisa modificar é a ordem social que sustenta esse padrão corrompido de carreira. (FORACCHI, 1972; p. 201)

Vale aqui, para ilustrar essa inusitada relação entre a atividade estudantil, uma cena lembrada por Paulo Arantes, professor de Filosofia da Universidade de São Paulo:

Você podia ser um professor correto, radical, de esquerda; podia ser até marxista; mas não misturava as coisas no horário comercial; depois, podia estar na clandestinidade, podia ler outras coisas. Mas a sala de aula não era lugar de inculcação, era lugar de ilustração. Essa era a diferença da faculdade de filosofia. Foi isso que propiciou essa convergência explosiva ao longo do ano de 1968. Por exemplo, parece anedota, mas não é. O professor Rui Fausto, que não é nenhum bolchevique, dando um curso sobre Hegel, em 1968, sobre Fenomenologia do espírito; um curso como mandava o figurino francês, explicando figura por figura como funcionava aquilo. Lá pelas tantas, termina a aula, um aluno se levanta, vai em direção ao professor, e diz: “estou gostando muito do seu curso, estou apreciando Hegel, fenomenologia de fato é um pensamento fantástico; não achava que a dialética fosse tão compreensível assim; o senhor pode contar comigo: estou disposto a pega em armas.” (ARANTES, 2008).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Temos então uma via singular entre formação e engajamento, diferente da relatada pelos militantes mais novos, dada pelo próprio trabalho intelectual estudantil e pela experiência universitária. Entre os militantes mais novos, a relação entre formação e participação estudantil manifesta-se como fissura. Os espaços da política universitária emergem e movimentam-se à revelia ou complementarmente àqueles instituídos pelas aulas e demais atividades acadêmicas previstas. Impõem, assim, possibilidades para o desenvolvimento crítico e o engajamento às expensas do trabalho estudantil. Em outros termos, é como se dissessem: o movimento estudantil complementa algo que o projeto pedagógico deveria compreender, embora esteja previsto na lei. Entre os mais velhos, pelos projetos pedagógicos, legislação vigente, ou mesmo entre os educadores e alunos, não há a tácita expectativa de que a formação propicie a cidadania, a autonomia, a participação política; no entanto, ela o faz por sua exigência intelectual e existencial precípua, por aquilo que o trabalho de estudo provoca e desperta em relação à sociedade. É como se os estudantes chegassem à seguinte afirmação: o engajamento, a política, são necessários para transformar a realidade, tanto como o estudo e a boa formação universitária.

### **A descaracterização do estudante na nova universidade brasileira**

Cabe refletir brevemente sobre as transformações do ensino superior brasileiro. Há muitos trabalhos sobre o tema. Trata-se aqui de estabelecer algumas marcas, e relações com o que acabamos de colocar.

Durante a Ditadura Militar brasileira, os acordos MEC-USAID propõem a modernização da universidade brasileira. Ou seja, procuraram ajustar a educação como instrumento para aceleração do desenvolvimento, colocando as instituições de ensino superior a serviço da produção. Para tanto, seria necessário racionalizar sua administração, nos moldes de uma empresa (CARDOSO, 2001). Nos anos 1990, os ajustes neoliberais no ensino superior ratificam esta tendência. Nas universidades públicas, cresce a presença das fundações nas unidades e demais institutos. Acentua-se a linguagem gerencial, o referencial externo, a presença e ingerência de organismos internacionais. Vigoram, sobretudo, padrões de avaliação e medida de desempenho característicos das empresas privadas. A nova



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

universidade que surge segue os princípios administrativos de qualquer negócio (CHAUI, 2001; COGGIOLA, 2001).

Na expansão avassaladora da rede privada de ensino que marca nosso tempo, as novas instituições são inauguradas sob esse novo paradigma. Como empresas desde o nascimento, adaptam-se facilmente às novas diretrizes; são regidas pelas leis da competição e da viabilidade econômica. Os cursos de graduação orientam-se para as demandas de mercado; o conhecimento equipara-se à informação técnica mínima necessária para o desempenho profissional. A eficiência, a infraestrutura, a tecnologia e a competitividade são as novas palavras de ordem, as utopias propagadas pelo marketing agressivo dessas empresas. O que as regulamenta, sobretudo, é o direito do consumidor.

É de se esperar que essa transformação no quadro geral das IES brasileiras tenha reflexos na condição estudantil. Na relação com o conhecimento que define a universidade contemporânea, a infantilização do estudante é condição indispensável. As instituições particulares de ensino reproduzem a dinâmica pedagógica dos grandes colégios privados. Sintomas desse fenômeno são as disciplinas organizadas em apostilas; o controle de presença por chamada oral, as avaliações complacentes e generosas, espécie de política de ciclos implantada no nível superior. Por parte do estudante, aumenta a recusa generalizada e imediata a qualquer esforço intelectual; qualquer cobrança é genericamente compreendida como manifestação de autoritarismo ou tortura desnecessária. Predomina o impulso individualista pela nota a qualquer preço, literalmente. Multiplicam-se fraudes como cópias de trabalho (facilitadas pela Internet).

O estudante é, portanto, esvaziado naquilo que o define. O estudo não conta mais como trabalho em seu sentido pleno e existencial, senão como tarefa árdua e maçante, não raramente desprovida de sentido. Essa é, creio, o aspecto central no esvaziamento da experiência universitária. Não que a efervescência dos anos 1960 se devesse às aulas ou leituras, mas essa alienação fabril-intelectual é reveladora de um estado geral da condição estudantil, da relação do jovem com a universidade nos diferentes campos em que a experiência de graduação demonstrou alguma vitalidade.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A autonomia estudantil é trazida de maneira farta, frequente, como meta e objetivo central nas leis e projetos referentes ao ensino superior. Não há PDI (Projeto de Desenvolvimento Institucional) ou PPC (Projeto Pedagógico de Curso) que não a coloque no centro. Parece que o sistema universitário contemporâneo tem produzido o contrário, na proporção que afirma essa intenção emancipadora. Vale como ilustração este relato do professor Florestan Fernandes sobre seu tempo de graduação. O interessante é que o docente fala de um tempo de cátedras, que não dá saudades sob o ponto de vista da democracia universitária.

A entrega era plena e a seriedade total. Um ou outro não acompanhava essa predisposição... Todavia, a tendência geral era a de estudar com afinco, com um envolvimento puritano e, por assim dizer, artesanal com o processo de aprender, de soltar os pelos, de adquirir uma nova pele e uma nova visão da vida. Os resultados nem sempre acompanhavam os esforços, pois havia uma enorme distância cultural entre os conteúdos do ensino e as nossas potencialidades. Mas, dentro de pouco tempo, aprendíamos a dominar as técnicas do estudo organizado e podíamos fazer boa figura, pelo menos dentro da perspectiva de uma aprendizagem eclética, que punha no material escrito e na erudição tanta importância.

O que deve ser ressaltado é que dispúnhamos de grande liberdade. Liberdade de ler, liberdade de pensar e de criticar, liberdade de fazer as coisas por conta própria. Escapamos aos professores autoritários. O que seduzia os professores franceses, por exemplo, era deixar patente que eles estavam lá no alto, no cume da montanha do saber, mas em termos de realização pessoal, de conhecimento acumulado, se havia nisso algum despotismo, tratava-se de um despotismo simbólico, de um jogo de emulação (que tinha consequências desanimadoras para nós). Dado um tema, nem o professor nem seus assistentes se julgavam no dever de “orientar a aprendizagem”. Ficávamos com algumas referências de leituras, sugadas do curso, e umas poucas indicações, fornecidas pelos assistentes. Tínhamos de cavoucar tudo. Correr as bibliotecas, passar pelas livrarias, falar como os livreiros amigos, que eram cobras para arrolar nomes de livros, autores novos; percorrer com pressa livros e artigos para selecionar o que valia a pena e finalmente redigir uma dissertação quase sempre comovete, pelo que ela revelava de *crístão novo!* Os comentários dos professores eram duros (porque não levavam em conta o “esforço”), mas vinham com uma mensagem clara: enfrentavam-nos (literalmente isso: enfrentavam-nos), *como seus iguais*. (FERNANDES, 1984; p. 77-78, grifos do autor).

Nessas novas IES, embora sejam repetidos à exaustão o compromisso social, ético, político e intelectual, suas características precípua são contrárias a tais promessas. A perda de autonomia do estudante, sua infantilização, equivale à passividade do consumidor. É característica do afrouxamento e esvaziamento da vida universitária. Nas condições atuais,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

a experiência estudantil nos cursos de graduação tende a perder seu papel central na vida dos jovens, figurando como algo próximo a um curso de inglês ou academia de ginástica.

### **Apontamentos finais: o que a participação estudantil revela sobre o IES**

Em suma, reconhecemos a importância do espaço de participação estudantil para a formação, propiciando aquilo que é preconizado na legislação e nos projetos políticos pedagógicos acerca da cidadania e da participação social. Identificamos as contribuições do engajamento durante os tempos de graduação para a formação profissional em diferentes aspectos, seja ao propiciar a implicação social, seja ao possibilitar a articulação de grupos, a dedicação e iniciativa necessárias a quaisquer exercícios profissionais na contemporaneidade.

De certa forma, não se trata de uma novidade. A legislação em vigor prevê a importância, por exemplo, das atividades extra classe para a formação universitária. Os projetos preveem as atividades complementares, a serem cumpridas pelo discente para a integralização do curso. O que se torna uma missão mais difícil é compreender que a própria estruturação do ensino superior brasileiro, em grande parte de suas instituições, é avessa a essa participação, dado seu caráter mercantil. Nesse sentido, reconhecemos que a participação estudantil contemporânea passa a valer como espécie de resistência a um processo de esvaziamento da experiência universitária. Sinal disso nos dão alguns depoentes dos anos 1990, testemunhas da fase inicial de tal metamorfose do ensino superior. Frequentemente, os relatos desses militantes indicam que o próprio ato de engajar-se, de fazer parte de um coletivo estudantil organizado na universidade, provoca uma distinção, separa aqueles para quem a universidade conta como espaço de pertença, e aqueles que “assistem as aulas e vão embora”, servindo, portanto, como movimento contrário a um esvaziamento que figura como tendência. Lembra Simone:

É engraçado, porque tenho lembranças do Campus cheio de gente em assembleias; mas, no geral, minhas lembranças são desses lugares em finais de semana, de noite, vazios. É como se a militância ficasse na USP fechada, na USP vazia... Fico me perguntando por que diabos a gente foi fazer movimento estudantil? E por que aquilo era bom? Porque tomava um tempo danado da vida. A gente saía de final de semana para discutir. Ficávamos discutindo um monte de coisas, do CA, da sociedade. É porque eu acho que não dava para discutir isso em lugar nenhum. (MORTADA, 2002; p. 65)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Nas novas IES, o caráter passageiro, transitório, do estudante é constitutivo. Ele está lá como consumidor, tanto do saber que lhe é oferecido, como dos produtos que povoam as praças de alimentação e verdadeiros shoppings nos espaços de convívio público destas instituições. É contra esse estado da arte que frequentemente a participação política estudantil contemporânea se manifesta, de forma explícita ou implícita.

Tal esvaziamento corresponde também, como vimos, a uma heteronomia intelectual crescente, também constitutiva das instituições particulares. Sabemos do caráter dicotômico do ensino superior brasileiro: as universidades públicas produzem saber, as particulares distribuem. O caráter tecnicista e instrumental do ensino que é oferecido para a maioria de seus estudantes é evidente nesse contexto, caminhando no sentido contrário de premissas elementares de quaisquer projetos que envolvam a ideia de universidade.

As memórias aqui apresentadas e a discussão que suscitaram apontam não só a importância da participação estudantil para a formação, mas também estabelecem uma crítica e uma denúncia a um sistema de ensino superior que é antagônico àquilo que promete. São questões conhecidas, trazidas aqui através da experiência estudantil, que atravessam a história das universidades e que nunca pareceram tão atuais como hoje para a reflexão acerca de novos modelos de universidade. Com a expansão avassaladora que testemunhamos na rede particular, o quadro tende a agravar-se. É necessário, portanto, compreender as características da vida universitária nessas novas instituições, que se tornam hegemônicas em número. Cabe refletir nos tempos de estudo, na condição de estudante trabalhador, na relação entre ensino superior e domínio de técnicas concernentes ao mercado de trabalho. O aumento de jovens que ascendem ao ensino superior não deve representar o rebaixamento do nível de formação que temos testemunhado; tampouco o fim de princípios elementares que sempre nortearam a formação universitária. Os jovens egressos no ensino superior brasileiro, que aumentam exponencialmente em número, têm direito a uma relação autônoma com o conhecimento, o que deve, necessariamente, envolver uma nova configuração das IES, não mais orientadas e estruturadas como lugares de consumo, portanto de passagem.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## Referências

- ARANTES, P. Fala proferida durante o evento *1968: vou ver*. São Paulo: Centro Universitário Maria Antonia, 2008.
- BOCK, A. M. B. (Org.). *A Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. *Resolução n. 5, de 15 de Março de 2011, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. Brasília: Imprensa Oficial da União, 2011.
- CARDOSO, I. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CARVALHO, J. S. F. (Org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CHAUI, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COGGIOLA, O. *Universidade e ciência da crise global*. São Paulo: Xamã, 2001.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília: CFP, 2005.
- FERNANDES, F. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FORACCHI, M. M. (1965). *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: EDUSP, 1972.
- MORTADA, S. P. *Memória e Política: um estudo de psicologia social a partir do depoimento de militantes estudantis*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

\_\_\_\_\_. *Tempos da política: memórias de militantes estudantis do curso de psicologia da Universidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008

RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. *Educação e Pesquisa*, v.28, n.2, p.113-128, 2002.

RIBEIRO NETO, A. Um laço que não une mais. In: *Desvios*, São Paulo, n. 4, p. 58-71, 1985.

SOBRAL, F. A. F. Educação para a competitividade ou para a cidadania social? *Perspectiva*, São Paulo, v.14, n. 1, p.03-11, 2000.

VIEIRA, E. A política e as bases do direito educacional. *Cadernos CEDES*. São Paulo, v. 21, n.55, p.9-29, 2001.